

MOTORISTAS PODEM PEDIR ADVERTÊNCIA NO LUGAR DE MULTA

Em vez de receber multa, os motoristas podem receber advertência por escrito, em decorrência de infração cometida no trânsito, e com isso, ficar livre da pontuação e da cobrança. A informação é do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran/SP), que disponibiliza esse tipo de requerimento através da Internet, 100% online, no endereço eletrônico: www.detran.sp.gov.br.

A advertência por escrito foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) em 2014, quando passou a ser aplicada. Tem direito ao benefício quem cometeu infração leve ou média, desde que não seja reincidente na mesma infração nos últimos doze meses. E a advertência deve ser solicitada ao Detran/SP apenase o Departamento de Trânsito for o órgão autuador. O nome do órgão autuador pode ser verificado na notificação de autuação enviada por carta ao motorista.

"Um trânsito melhor e mais seguro depende de uma mudança de comportamento. Quando avaliamos que o motorista tem um bom histórico, mas por algum deslize cometeu uma infração que pode ser revertida em advertência, o benefício será concedido. Acreditamos que isso estimulará uma melhor conduta no trânsito", esclarece Daniel Annenberg, diretor-presidente do Detran/SP.

Como solicitar – O requerimento precisa ser apresentado dentro do prazo, para enviar a defesa da autuação, após o recebimento da notificação de autuação, primeiro documento encaminhado ao condutor, dando ciência de que uma infração foi registrada. Em geral, esse prazo é de trinta dias a partir da data de emissão da notificação.

No portal do Detran/SP, deve-se acessar a área de "Serviços Online" e clicar em "Solicitar e acompanhar recurso de penalidade". Por questões de segurança, é preciso fazer um

rápido cadastro para obtenção de login e senha de acesso. Na sequência, deve-se preencher, imprimir e assinar o formulário disponível na própria página. Após essa etapa, o condutor terá de digitalizar o formulário (com scanner ou foto) e realizar o "upload", anexando outros documentos necessários, para análise do requerimento. O julgamento não poderá ser realizado sem toda a documentação. São aceitos arquivos nos formatos PDF, JPGE, JPG e TIFF, com, no máximo, 5 MB (megabytes).

A análise leva em conta não apenas a infração cometida, mas todo o histórico do condutor, e a aplicação é facultativa ao órgão de trânsito. Por isso, pedir a advertência não significa que ela será concedida. "Em geral, os requerimentos são indeferidos quando o condutor não se enquadra nos requisitos exigidos na legislação federal de trânsito. Além disso, quando a infração cometida apresenta risco à segurança no trânsito, como o uso do celular ao volante, optamos por manter a penalidade de multa", ressalta o capitão da Polícia Militar, Marcondes de Brito Maciel, que trabalha no Comando de Policiamento de Trânsito, junto à Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização do Detran/SP.

Multas de outros órgãos – Somente o órgão que registrou a infração poderá aplicar a advertência no lugar da multa. O motorista sempre deve enviar o requerimento ao órgão autuador, que consta no topo da notificação de autuação.

Para realizar este pedido junto aos demais órgãos de trânsito (como prefeituras e órgãos rodoviários), o motorista deverá apresentar o histórico do seu prontuário, que permitirá a análise. O cidadão pode imprimir o histórico também no portal do Detran/SP, em "Serviços Online", clicando em "Consulta de pontos da CNH".



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins_32@terra.com.br

TOYOTA REALIZA RECALL PARA AIRBAG

A Toyota realizou um recall para 424.641 unidades dos modelos Corolla e Fielder, fabricados de 2007 a 2008, e Hilux e SW4, fabricados entre 2006 e 2011.

AMIGOS QUERIDOS SCRITAM-ME POR PESSIMISMO

Mas vamos aos fatos: 1º Casas Bahia e Ponto Frio fecham 50 lojas no ano; 2º Agência "Fitch" rebaixa nota e país pode perder selo de "bom pagador"; 3º Confaaz propõe elevar a 20% o tributo sobre transmissão de bens; 4º "Nos preparávamos para momentos de dificuldade, mas não esperávamos o 'atoleiro' que viria", do presidente da Alianxe Shopping Center; 5º Com déficit, fundos de pensão podem reduzir valor da aposentadoria; 6º Queda no consumo das famílias com esta magnitude só ocorreu na época do Plano Collor.

DEZ MAIORES CONTRIBUINTES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO TOTALIZAMMAIS DE R\$ 120 BILHÕES

Nosso comentário: Ministro Joaquim Levy, ação a Advocacia Geral da União. É muita "gaita"!

TOMA LÁ DÁ CÁ

Em São Paulo, Prefeitura e Cá-

mara Municipal fazem acordo: prefeitura perdoa multas de R\$ 30 milhões e os vereadores aprovam elevação do IPTU.

MUDANÇA DE IMPOSTO DE RENDA NA VENDA DE BENS

A partir do dia 1º de janeiro de 2016, entrará em vigor a MP 692/15, que estabelece novas regras aplicáveis à tributação do ganho de capital na alienação de bens.

GOVERNO DESTINA R\$ 8,1 BI DO FGTS PARA "MINHACASA" A FUNDO PERDIDO

Nosso comentário: O governo por vezes se esquece que dinheiro do FGTS é dinheiro do trabalhador brasileiro e aplicá-lo a fundo perdido não é boa política.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO

Deixa de monitorar a qualidade dos combustíveis em vinte estados. Nosso comentário: Se com o monitoramento as fraudes eram frequentes, imagine sem ele!

PENSAMENTO DA SEMANA

Há apenas um direito humano básico, o fazer o que você bem entender. E com isso, vem o único dever humano, o de assumir as consequências. (P.J.O. Rourke).

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana!

LUPA NOS GASTOS PÚBLICOS

* Marcos Cintra

Se os gestores das finanças públicas brasileiras analisassem os orçamentos com uma lupa, para aferir a racionalidade dos gastos, eles certamente chegariam à conclusão de que há incontáveis dispêndios injustificáveis. Inúmeros programas se mantêm por inércia, sem que ninguém os questione em termos de sua eficácia e eficiência. Se fossem avaliados a fundo, segundo critérios de análise social de projetos, muitos deles com certeza seriam imediatamente descontinuados.

A manutenção inercial de gastos é um aspecto relacionado ao modelo orçamentário praticado no País, que se baseia no orçamento incremental. Cria-se uma despesa e depois ela se perpetua ano após ano, sem que haja avaliação periódica em termos de seu retorno social. E vão se adicionando novos programas sem que os que estão vigentes sejam analisados em termos de seus custos e benefícios.

Daí a necessidade de se avaliar a adoção do chamado orçamento base-zero. Trata-se de uma técnica orçamentária onde anualmente, ao se preparar a proposta de orçamento para o ano seguinte, os programas em andamento seriam avaliados no tocante à sua eficiência e eficácia. Programa que não atendesse essa exigência básica seria extinto.

Vale notar que a adoção de critérios orçamentários semelhantes a este seria inherentemente incompatível com vinculações orçamentárias e combateriam de forma decisiva a rigidez que atualmente inviabiliza no curto prazo qualquer ajuste fiscal pelo lado dos gastos.

A adoção do orçamento base-zero tornaria rotineira a saudável prática de avaliar e

identificar programas ou atividades que poderiam ser extintos ou redimensionados, e suas dotações canalizadas, total ou parcialmente, para promover o equilíbrio fiscal, custear outras despesas ou reduzir a dívida pública.

Será que alguém analisa de modo criterioso, por exemplo, os programas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo orçamento para 2016 supera R\$ 75 bilhões, para averiguar se são eficazes? E os benefícios fiscais (gastos tributários) de R\$ 35 bilhões concedidos para as empresas localizadas em áreas classificadas como de desenvolvimento regional, são justificáveis à luz de parâmetros técnicos que possam definir se devem ser mantidos? Recursos demandados em áreas como a da saúde pública não poderiam ser obtidos com a revisão desses programas?

Simplesmente reduzir número de ministérios, como vem sendo feito, sem acabar com a função orçamentária é mera enganação. Apenas se muda a dotação do gasto sem sua efetiva redução.

Estamos no limite do ônus tributário suportado pelos brasileiros. Cada vez mais a sociedade vai rejeitar aumento de impostos, tornando necessário discutir gastos, mesmo com todas as dificuldades que terão de ser enfrentadas em uma sociedade viciada em subsídios, transferências, "rent-seeking" e que acalenta uma utópica e interesseira conceituação do papel do setor público na economia.

Nesse cenário, o orçamento base-zero é uma inovação que imporia a racionalidade que falta na gestão das contas públicas no Brasil. Além disso, sua adoção seria um importante complemento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

QUEM PODE SALVAR DILMA?

*GAUDENCIO TORQUATO

Perguntas recorrentes: Dilma tem salvação? Lula poderá ajudá-la? Ela poderá resgatar parte, mesmo que mínima, da força que perdeu? E o João Santana, com as firulas do marketing, não teria uma alternativa? Comecemos a enfrentar as dúvidas com pequenas lições de Carlos Matus, especialista chileno em Planejamento Sitacional, que mostra como um governante pode recuperar seus vetores de peso. Ele é peremptório: o desafio só será possível se o mandatário não ultrapassar o limite de perda de controle sobre a gestão; se a governabilidade não cair abaixo do seu ponto crítico e, ainda, se conseguir reverter o processo de desacumulação de força. Como se aferem tais hipóteses? Por meio de análise acurada sobre os três cinturões que apertam o corpo do governo: o cinturão político, o cinturão econômico e o cinturão da gestão.

Torna-se, portanto, prevável a reocupação das ruas pelos movimentos sociais, bastando, para tanto, que o bolso vazio agite o *animus animandi* da massa. O mês de novembro deverá reinaugurar o ciclo da agitação. A descarga da massa fará pressão sobre a representação política. Expliquemos essa condição. A massa, ensina Elias Canetti em Massa e Poder, vive em função de sua descarga. Ela passa por um período longo, ganhando densidade, preparando-se para o momento de descarga. O grito espontâneo da massa expressa sentimentos de qualquer espécie. A massa, uma vez formada, quer crescer rapidamente. E o estouro é transição de uma massa fechada para uma massa aberta. A massa aberta é um cenário plenamente integrado à moldura de grandes apertos e necessidades.

Se as ruas não serão favoráveis à Dilma, quem será? Luiz Inácio? Poderia ajudar a pupila a sair do enroscô? A política ensina: não é viável combinar sacrifícios econômicos e recessão transitória com crescimento, aumento de emprego e justiça social. Assoviar e chupar cana ao mesmo tempo é, portanto, tarefa impossível. Mas dom Lula prega isso. Gostaria de tirar Joaquim Levy e voltar a aplicar a fórmula que adotou em 2008 – acesso ao consumo, dinheiro farto para abrir empresas, gasta incontrolável. Lula versus Dilma? Nunca na aparência, só na moita. Enquanto Dilma luta pela aprovação da reforma ministerial, um remendo improvisado, não conseguiu satisfazer à base governista. E a ala do PMDB contemplada na reforma, sob a liderança do deputado Leonardo Picciani, tem se mostrado incapaz de amparar o governo. Partidos da base, inconformados, praticamente expulsaram o PMDB de um bloco formado para dar apoio à Dilma. O cinturão político mostra buracos por todos os lados.

Quanto ao cinturão econômico, as análises apontam para a tendência de piora nos números da economia. A inflação sobe a cada mês, as projeções para o PIB convergem para um índice negativo entre 2% a 3,0%, e mais de um milhão de postos fechados. A propósito, o indicador de emprego da FGV recuou de 64,2 para 62,0 pontos entre agosto e setembro; já o indicador de desemprego eleveu-se 3,5% em relação a agosto, alcançando 92,6 pontos, o maior patamar desde 2007.

E quanto ao cinturão da gestão, convenhamos, parece muito torto. Qual é a lógica que orienta a gestão? Olema da Pátria Educadora, que serve de pano de fundo para os painéis sob os quais a presidente Dilma faz perorações, envelheceu. O intelectual Renato Janine Ribeiro, colocado na Pasta da Educação para conferir credibilidade ao governo, foi sumariamente demitido. E as obras do PAC? O que fazem os ministérios, que não dispõem de recursos para tocar o dia a dia? A gestão virou congestão.

Ora, se esses três cinturões não se ajustam ao clima do país e não respondem às demandas políticas e sociais, o que se deve esperar? Povo nas ruas. Quem garante que o povo voltará às ruas? A resposta é: dependerá do bolso e do estômago. Serge Tchakhotine, o russo que estudou o nazismo sob a perspectiva da mistificação das massas, pinça os quatro mecanismos que afetam os seres vivos para deles extrair

Gaudencio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

O PT já está perdido...
PMDB é um estorvo:
unir-se a este partido
é pior que criar corvo!

Nossa alma é grande demais,
mal cabe na imensidão...
já o pó dos restos mortais
cabe na palma da mão.

Esperei-te e ainda espero...
Sem ti, não posso ficar...
Por seres tudo que eu quero,
Quero sempre te esperar.

ANUNCIE AQUI
3305.6674
comercial@jornalinTEGRACAO.com.br

EXPEDIENTE
Integração - o Jornal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18
DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)
DIRETOR PROPRIETÁRIO
René José Rodrigues Fernandes
REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)
ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)
FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang
Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo
Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@assetacoma.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

ANUNCIE NO JORNAL INTEGRAÇÃO - FONE (15) 3305-6674